

COMENTANDO:
“A FACE OCULTA DO PARECERISTA:
DISCUSSÕES ÉTICAS SOBRE O
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE
MÉRITO DE TRABALHOS
CIENTÍFICOS”

por **Roberto Patrus Mundim Pena***

ASPECTOS ÉTICOS E MORAIS DA AVALIAÇÃO DE
MÉRITO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

A seção Idéias e Debates da Revista Organização & Sociedade de número 31 lançou como tema de debate a questão do papel do parecerista na avaliação de artigos enviados para revistas acadêmicas. No artigo de Sônia Gondim, identificamos aspectos morais e aspectos éticos, compreendidos, neste artigo, como dimensões distintas.

Classicamente, a ética é compreendida como a ciência da moral. Como tal, é a reflexão sobre os princípios e valores que determinam as normas sociais de comportamento estabelecidas em um grupo social. A norma moral “não matar”, por exemplo, encontra fundamento ético na afirmação do princípio da vida e no reconhecimento de valores como o respeito ao outro e a justiça. Assim, a moral tem relação com os aspectos práticos da atuação das pessoas em sociedade, ao passo que a ética é a abstração da razão de ser dessas condutas, que exige a fundamentação teórica para justificar a ação como boa ou correta. As regras ou normas fazem parte da moral. Fundamentam-se em princípios éticos e valores, estes constituintes da dimensão ética. Considerar a ética como ciência da moral é concebê-la, pois, como a busca dos princípios e valores (dimensão ética) que norteiam o padrão de comportamento considerado conveniente em um grupo social (dimensão moral).

Consideramos que o texto de Gondim, ao focar suas reflexões na “avaliação encaminhada aos autores, principalmente quando o trabalho é recusado”, aponta algumas recomendações práticas consideradas válidas do ponto de vista moral. Nesse sentido, o texto aponta como pertinente considerar que a rejeição de um texto requer justificativa detalhada e apontamento de caminhos de correção e de preenchimento das lacunas daquilo que foi submetido à avaliação. Reconhecemos que suas recomendações práticas (dimensão moral) repousam principalmente no princípio da reciprocidade e no valor da empatia (dimensão ética), a partir do reconhecimento da “assimetria de poder entre avaliador e avaliado” (dimensão política). Concordamos com os aspectos morais do artigo de Gondim, mas consideramos que a sua fundamentação ética pode ser enriquecida, inclusive a partir da discussão da dimensão política abordada pela autora.

Encontramo-nos, assim, diante de um debate extremamente rico do ponto de vista filosófico, pois concordamos com as recomendações práticas da autora (âmbito moral) sem, entretanto, concordar plenamente com os princípios que o

* Prof. PUC-MG/Fundação Dom Cabral

fundamentam (âmbito ético). Propomos, neste artigo, nova articulação dos fundamentos éticos que fundamentam os preceitos morais, mas não consideramos necessário modificar as recomendações práticas indicadas pela autora.

Segundo Gondim, a recomendação de que o parecer do avaliador, principalmente em caso de rejeição do texto, seja detalhado, baseia-se no princípio da reciprocidade, apontado como importante referência do processo de avaliação. "Agir com o colega da mesma maneira que gostaria que ele o fizesse consigo mesmo" – assim a autora resumiu a regra social da reciprocidade. Considerando que o avaliado "se encontra destituído de poder" a justificativa do parecerista deve ser capaz, segundo a autora, de "devolver ao outro o poder de contra-argumentar", o que exige fornecer-lhe "informações qualificadas que lhe permitam compreender as lacunas de seu texto para que possa aperfeiçoá-lo". Residem aí os dois pontos da presente réplica. Em primeiro lugar, consideramos o princípio da reciprocidade insuficiente como fundamento ético para justificar a elaboração de um parecer detalhado para um artigo rejeitado. Em segundo lugar, ainda que reconheçamos a assimetria de poder entre avaliador e avaliado, não consideramos que o avaliado se encontre destituído de poder. Vejamos esses dois aspectos, um de cada vez.

Gondim relaciona o princípio da reciprocidade com o "sentimento de empatia", "um dos aspectos centrais da ética de Dilthey". A autora prefere a ética hermenêutica de Dilthey à ética de Kant, "que atribui o ato moral somente a um imperativo da razão". Segundo a autora, para Kant "as únicas razões categóricas são as razões morais que não levam em conta as intenções ou objetivos do agente. Para Kant, o dever não decorre de inclinações humanas (condição em que a faculdade de desejar depende das sensações), mas da racionalidade de uma regra universal (lei) que a pessoa, no exercício de sua autonomia e liberdade, baseia suas ações". Parece que, para Gondim, a argumentação estritamente racional seria insuficiente como fundamento ético, sendo necessário, portanto, recorrer a um sentimento (inclinação), o que Kant não aceitaria, em função de sua ética do dever ser calcada na razão. Faz-se necessário, assim, recorrer a Dilthey e ao sentimento de empatia.

É certo que na organização formal da ética Kantiana os sentimentos não têm lugar, pois maculariam a ação moral. Kant nos oferece a exigência de que o ato moral tenha algo de universal (válido para todos) e de necessário (exigido pela razão). Em tese, os sentimentos devem ficar de fora, mas a exceção apontada por Kant, na Crítica da Razão Prática (*KpV*), é o sentimento de respeito, que é suscitado pela própria razão, ante o poder da lei moral. Trata-se do único sentimento que podemos conhecer inteiramente *a priori* e do qual podemos conhecer a sua necessidade (KANT, *KpV* A 137). Consideramos, pois, que o sentimento de respeito é formalmente superior ao sentimento de empatia, pelo fato de atender às exigências racionais de universalidade e necessidade. Sem esta condição, a avaliação de artigos corre o risco de perder o seu propósito de objetividade e imparcialidade.

Segundo Kant, o respeito de refere sempre a pessoas, nunca a coisas (KANT, *KpV* A 135), e está na base do dever, "sublime e grande nome" (KANT, *KpV* A 154), pois permite a inclinação do espírito ante as pessoas de caráter reto. O respeito permite o sentimento de obrigação ante um dever, não por inclinação espontânea, mas pelo esforço, pelo exercício da virtude, isto é, "da disposição moral em luta" (KANT, *KpV* A 151). A ética de Kant é uma ética do dever, que implica na auto-coerção da razão e que torna possível a compatibilidade interna entre dever e liberdade (ROHDEN, 2002:xvi). Em suma, a ética de Kant, que parte da finitude humana, envolve um dever, mas corresponde à condição de um ser humano capaz de autonomia e, por isso, digno de respeito.

E é este o sentimento mais alto da moralidade kantiana: de formular uma concepção moral que exige o respeito incondicional pelo ser humano enquanto capaz de autonomia, ou de formular uma concepção que faz do 'pensamento do dever' – que abate toda arrogância e todo o amor-próprio (*philautia*) – o princípio de vida supremo de toda moralidade do homem (KANT, *KpV* A 153)" (ROHDEN, 2002:xxv).

O respeito é, pois, um sentimento moral, inspirado pela razão, que deduz a eminente dignidade da pessoa, reconhecida como um valor que deve ser protegido e promovido. O respeito advém do raciocínio reto, *a priori*, de que o outro é um ser livre, digno tanto em seu mérito como em sua limitação. O respeito, como a admiração do espírito ante as pessoas de caráter reto (mérito), Kant o trabalha muito bem, mas a limitação do outro como digna de respeito não tem o mesmo tratamento. Nessa perspectiva, o respeito permite o sentimento de amor (*ágape, charitas*)¹ ante aqueles que não podem ou não querem ter condições de evoluir. O respeito ao outro em sua limitação significa vê-lo como ser humano e exige o reconhecimento da própria imperfeição. Só é capaz de ver o outro como humano, portanto digno de respeito, quem tem a virtude da humildade, cuja raiz etimológica, convém lembrar, se origina de húmus, barro, mesmo radical de humanidade. Quem não tem os pés na terra (humildade) e se julga maior do que se é, tende a deitar o outro no barro, como se ele lhe fosse inferior, daí o sentido da palavra humilhação.

Parece-nos, pois, que o sentimento de respeito, proposto por Kant como o único sentimento dedutível pela razão, portanto, uma inclinação *a priori*, se apresenta mais rico como fundamento para os preceitos morais propostos por Gondim do que o sentimento de empatia. Apelar para uma inclinação (sentimento) no processo de avaliação de um artigo científico, sem exigir dele a formalidade racional exigida por Kant, pode comprometer a objetividade e a imparcialidade exigida de um avaliador. Nessa perspectiva, o que fundamenta a necessidade moral de detalhar um parecer e oferecer sugestões para o preenchimento das lacunas do texto não é o princípio da reciprocidade, mas o respeito.

O respeito, tal como o apresentamos, é uma exigência moral não somente perante aqueles homens de caráter reto, mas também perante aqueles que se mostram fragilizados e incapazes de agir de modo correto. Considerando o respeito, a atitude do avaliador diante de um artigo feito às pressas, sem a revisão apropriada, com erros de normalização e digitação abundantes, em nada deve diferir de um artigo brilhante. Considerando o princípio da reciprocidade, a atitude do avaliador diante de um artigo mal escrito poderia ser, em tese, de responder de forma também apressada. Foi baseado no princípio da reciprocidade que o Brasil passou a exigir visto no passaporte de turistas americanos que chegavam ao Brasil, impondo-lhes desconforto talvez semelhante ao vivido por brasileiros na terra do Tio Sam. O princípio da reciprocidade, dado o seu caráter material, mostra-se, do ponto de vista da ética de Kant, hierarquicamente inferior à afirmação do valor do respeito, que apesar de ser uma inclinação, goza da reputação formal exigida pela razão.

Em relação à dimensão política apontada por Gondim, segundo ponto de nossa análise, concordamos que exista uma assimetria de poder entre avaliador e avaliado, mas não concordamos que o autor avaliado esteja destituído de poder. Caso não tenha também a atitude de respeito ao submeter um artigo para uma revista científica, atitude esta demonstrada quando apresenta um trabalho sem as revisões de forma e conteúdo que o ato de escrever exige, está exercendo poder sobre o avaliado, que consome um tempo precioso em uma tarefa para o qual nem o seu próprio autor pareceu despendê-lo. Nesse caso, o sentimento de empatia, pode transformar-se em antipatia e o princípio da reciprocidade poderia justificar a atitude do parecerista de ser breve em seu parecer. Verifica-se, assim, que o autor do artigo avaliado exerceu poder sobre o avaliador, que se mostra, no caso acima, incapaz de exercer a virtude, fruto do esforço disciplinado de conter os seus impulsos. Pareceres breves, sem maiores justificativas e sem sugestões de aperfeiçoamento, podem ser, talvez, a demonstração do poder dos autores, que exercem influência significativa sobre avaliadores desatentos ao fato de que o exercício da virtude exige, como afirma Gondim, autocontrole dos impulsos e censura.

¹ No nos referimos aquí al amor como eros, es decir, como inclinación por naturaleza (FERRATER, 1983:127). Concebimos el amor como entrega del propio ser por libertad (*ágape*), es decir, como acto libre basado en la voluntad (FERRATER, 1983:127).

O sentimento de respeito, por outro lado, por ser dedutível *a priori* (condição de universalidade e necessidade), impõe tratamento igual para todos os autores de artigos submetidos (universalidade), independentemente da qualidade dos artigos apresentados, pois o dever do respeito se impõe às contingências particulares do artigo ou de seu autor (necessidade). Assim, o ato de emitir parecer se oferece aos avaliadores como oportunidade de demonstração de amor (não o *eros*, mas o *ágape* ou *charitas*), virtude teologal que implica na aceitação do outro como ele é e no absoluto respeito à sua individualidade. A capacidade de amar torna o avaliador infenso à eventual má qualidade de um artigo apresentado.

Reforça-se, assim, a importância da avaliação cega (*blind review*) e do anonimato do avaliador. A avaliação deve ser feita do mesmo modo, independentemente de quem seja o autor do artigo. Se a avaliação é cega, o parecerista não sabe se o autor do artigo que avalia é seu par ou não. Pode não ser um colega de profissão, mas um candidato a par, às vezes um mestrando que envia um trabalho para uma revista sem ter nada a perder e com a possibilidade de receber, de graça, um parecer detalhado que oriente o seu trabalho. Considerando o sentimento de respeito, isso não tem a menor importância. O respeito pode ser deduzido racionalmente independentemente de quem tenha sido o autor do objeto avaliado. O autor não pode ser responsabilizado por se submeter às regras que a própria revista estabeleceu e comunicou publicamente.

Concluindo, consideramos que a avaliação de mérito de artigos científicos tem aspectos morais e éticos. Quanto aos aspectos morais, concordamos com Gondim: a rejeição de um texto requer justificativa detalhada e apontamento de sugestões e informações qualificadas ao autor para que ele aperfeiçoe o seu trabalho; a avaliação deve ser cega; o avaliador deve ter o seu anonimato preservado. Quanto aos aspectos éticos, consideramos que o recurso à ética de Dilthey não se faz necessário em função do tratamento dado por Kant ao sentimento de respeito. É certo que restam questões a serem debatidas sobre o tema. Entre elas, pode ser discutido o papel do editor, a partir da questão da (in)conveniência da pré-seleção de artigos, o que pouparia os pareceristas da leitura de trabalhos de qualidade insuficiente. Enfim, fica o registro da pertinência da iniciativa da Revista Organizações & Sociedade por trazer ao debate a reflexão ética de tema tão relevante para aqueles que se ocupam e se preocupam em fazer pesquisa e transmiti-la à comunidade científica e à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROHDEN, Valério. Introdução à edição brasileira. IN: KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.